

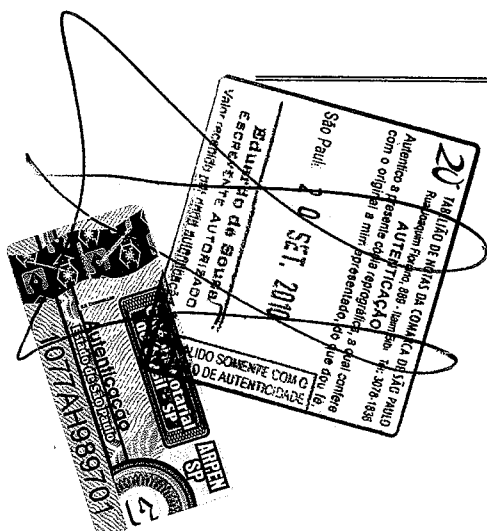
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA SOARES PENIDO
CONCESSÕES S.A.**

ENTRE

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.
como Emissora,

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Agente Fiduciário

DATADO DE 11 DE SETEMBRO DE 2010



JUL 30

17 09 10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 820, Conjuntos 72/73, CEP 04534-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.291.050/0001-29 e no NIRE 35.300.360.621, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., instituição financeira credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46 e no NIRE 35210504411, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A. ("Emissão" e "Escritura," respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada às 16 horas do dia 11 de setembro de 2010 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

1.2. Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie subordinada em espécie com garantia real, nos termos do Anexo 1.2 a esta Escritura ("Aditamento").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:



[Handwritten signature]



1
482412-13

JUCESP

17 09 10

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura, o Aditamento e eventuais outros aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1. A presente Emissão no âmbito da Oferta Restrita (conforme definida abaixo) está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita").

2.1.4. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

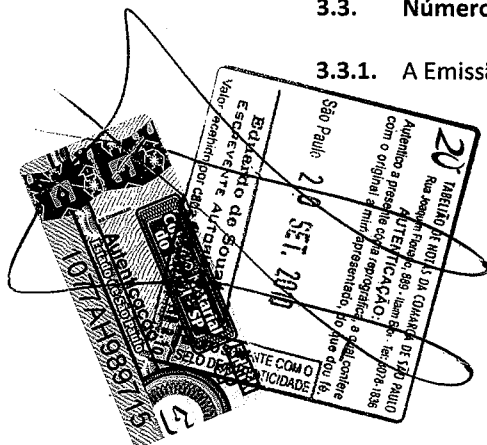
3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a participação em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras ou serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, conforme descrito na Cláusula 4.1.3.1 abaixo.



JUL 13

17 00 10

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 60 (sessenta) debêntures ("Debêntures") para distribuição pública com esforços restritos.

3.6. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1. O banco mandatário e a instituição depositária das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária", respectivamente).

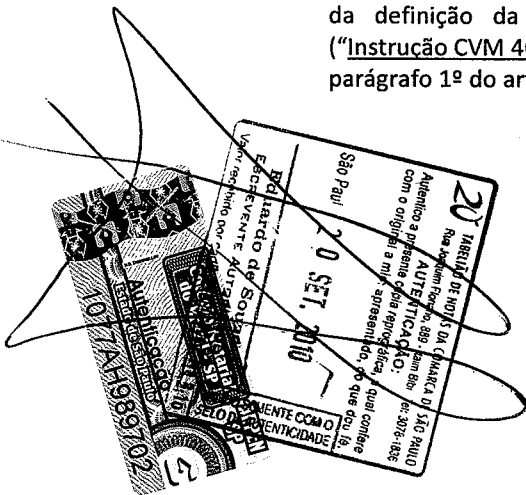
3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados através da Emissão serão destinados ao financiamento da aquisição, pela Emissora, de ações de emissão da Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR") direta ou indiretamente (sendo as ações de emissão da CCR direta ou indiretamente adquiridas, as "Ações Adquiridas"), nos termos do Fato Relevante publicado pela CCR em 22 de junho de 2010, em atendimento ao disposto na Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.



Handwritten signature.

JUL 09

17 09 10

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição Intermediária" ou "Bradesco BBI"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, conforme estabelecido no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, da Soares Penido Concessões S.A. ("Contrato de Distribuição").

3.10. Limite Legal da Emissão

3.10.1. A presente emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada, nos termos do parágrafo 4º do mesmo dispositivo legal. Quando da convolação das debêntures subordinadas em debêntures da espécie com garantia real, as debêntures passarão a contar com garantias reais equivalentes a 150,0% (cento e cinquenta por cento) do valor total da Emissão, conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo), ou seja, quando da convolação das debêntures o valor total da Emissão equivalerá a menos do que 80,0% (oitenta por cento) do valor das garantias reais.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures

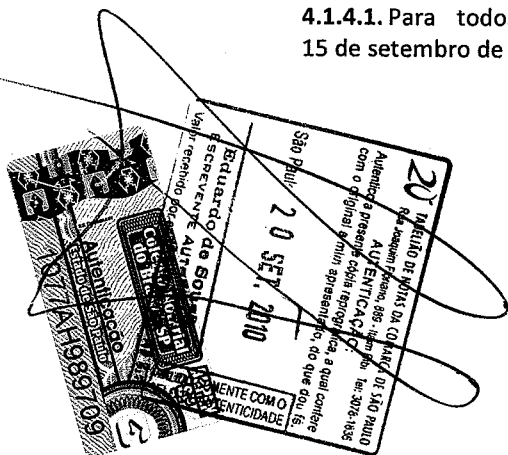
4.1.2.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures, em série única.

4.1.3. Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2010 ("Data de Emissão").



A 10x10 grid of dots forming the letters 'JMC'. The 'J' is on the left, 'M' is in the middle, and 'C' is on the right. The dots are arranged in a way that the letters are clearly recognizable.

A 5x5 grid of dots forming the numbers 1, 0, and 1. The first number '1' is formed by dots at (1,1), (1,2), (1,3), (1,4), (1,5), (2,1), (2,2), (2,3), (2,4), (2,5), (3,1), (3,2), (3,3), (3,4), (3,5), (4,1), (4,2), (4,3), (4,4), (4,5), (5,1), (5,2), (5,3), (5,4), (5,5). The second number '0' is formed by dots at (1,2), (1,3), (1,4), (1,5), (2,2), (2,3), (2,4), (2,5), (3,2), (3,3), (3,4), (3,5), (4,2), (4,3), (4,4), (4,5), (5,2), (5,3), (5,4), (5,5). The third number '1' is formed by dots at (1,3), (1,4), (1,5), (2,3), (2,4), (2,5), (3,3), (3,4), (3,5), (4,3), (4,4), (4,5), (5,3), (5,4), (5,5).

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 15 de outubro de 2018 (“Data de Vencimento”).

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do debenturista.

4.1.8. Conversibilidade

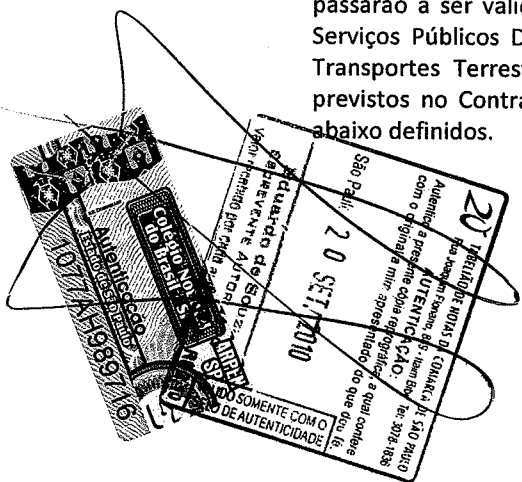
4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitas à convolação para a espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.1.10.4 abaixo e da constituição das Garantias (conforme definidas abaixo).

4.1.10. Garantias

4.1.10.1. As Debêntures serão garantidas, sob Condição Suspensiva (conforme definida abaixo), nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") por: (i) penhor de ações de emissão da CCR detidas pela Emissora; e por (ii) cessão fiduciária de (a) direitos ao recebimento de quaisquer proventos, dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer recursos atribuídos ("Direitos Pecuniários") à totalidade das ações de emissão da CCR detidas pela Emissora; (b) Direitos Pecuniários sobre a totalidade das quotas de emissão da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. ("Aguilha") a serem detidas pela Emissora, exclusivamente no montante equivalente à participação da Aguilha no capital social da CCR e sob a condição suspensiva de a Companhia adquirir quotas de emissão da Aguilha; (c) todos os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos em conta vinculada ("Conta Vinculada"); e (d) todos os créditos investidos em aplicações financeiras realizadas com valores depositados na Conta Vinculada (em conjunto, "Garantias"). Tais Garantias passarão a ser válidas e eficazes mediante as autorizações da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("Condição Suspensiva") para a sua constituição, nos termos previstos no Contrato de Penhor de Ações CCR e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme abaixo definidos.



JUL 2010

17 09 10

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início de distribuição.

4.2.2. Preço de Subscrição

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

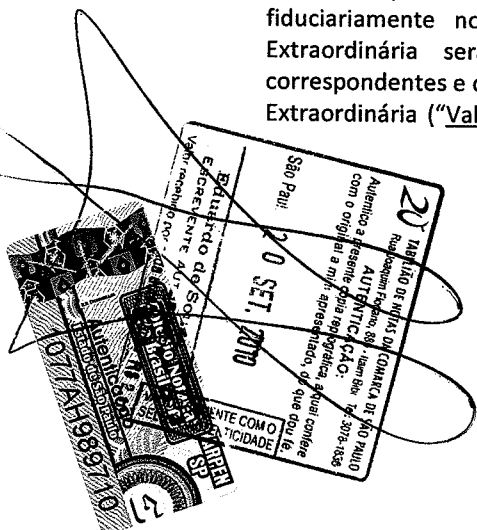
4.5. Amortização

4.5.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 07 (sete) parcelas, nos percentuais e datas abaixo indicados.

Parcela	Percentual	Data de Pagamento
1	6,7000	15 de outubro de 2010
2	4,3000	15 de outubro de 2013
3	7,7000	15 de outubro de 2014
4	12,3000	15 de outubro de 2015
5	17,2000	15 de outubro de 2016
6	22,8000	15 de outubro de 2017
7	29,0000	15 de outubro de 2018

4.5.2. Amortização Extraordinária

4.5.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e mediante notificação por escrito aos debenturistas ("Notificação da Amortização Extraordinária"), com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, amortização extraordinária parcial limitada a 98,0% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Emissora poderá utilizar recursos de quaisquer fontes para realizar Amortização Extraordinária, inclusive, após o implemento da Condição Suspensiva, os recursos resultantes dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. O valor da Amortização Extraordinária será acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data de pagamento da Amortização Extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária"). O Agente Fiduciário deverá comunicar à



7
482412-13

JUL 19

17 09 10

CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária. A realização e o pagamento da Amortização Extraordinária deverão ocorrer de acordo com os procedimentos definidos nesta Cláusula 4.5.2 e subcláusulas e deverão abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação.

4.5.2.2. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, acrescido do Valor da Amortização Extraordinária.

4.5.2.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

4.5.2.4. No caso de Amortização Extraordinária, os percentuais do Valor Nominal das Debêntures a serem amortizados nas datas de amortização seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

4.6. Remuneração

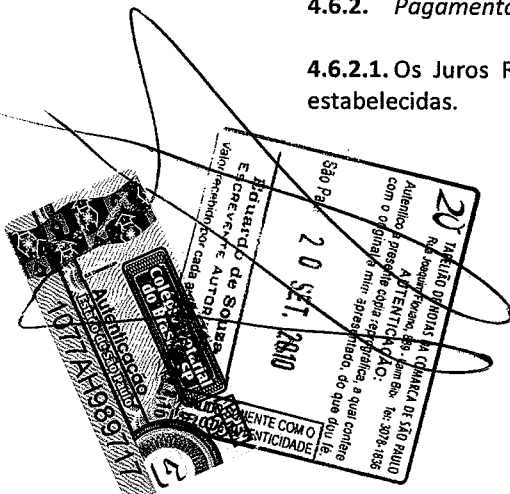
4.6.1. Juros Remuneratórios

4.6.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 2,4000% (dois inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data da efetiva subscrição e integralização pelo respectivo investidor ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), o que ocorrer por último e em conformidade com a Cláusula 4.6.1.2 abaixo, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula da Cláusula 4.6.3 abaixo (“Juros Remuneratórios”).

4.6.1.2. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na data da efetiva subscrição e integralização pelo respectivo investidor, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.2. Pagamento da Remuneração

4.6.2.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos em 09 (nove) parcelas anuais nas datas abaixo estabelecidas.



JUCESP

17 09 10

Parcela	Data de Pagamento
1	15 de outubro de 2010
2	15 de outubro de 2011
3	15 de outubro de 2012
4	15 de outubro de 2013
5	15 de outubro de 2014
6	15 de outubro de 2015
7	15 de outubro de 2016
8	15 de outubro de 2017
9	15 de outubro de 2018

4.6.3. Cálculos dos Juros Remuneratórios

4.6.3.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

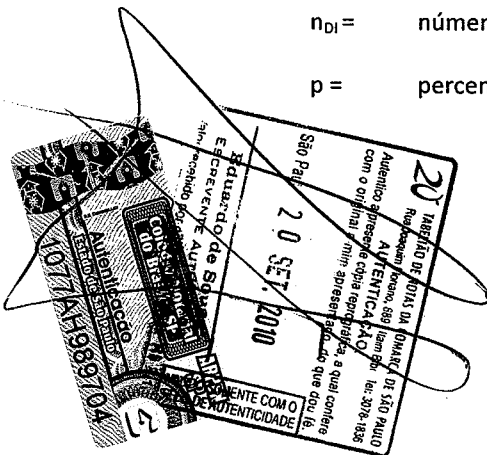
FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 02 (duas) casas decimais;



9
482412-13

JUL 15

17 09 10

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 08 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, quando não fizer uso de percentual aplicado, calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 2,4000% ao ano;

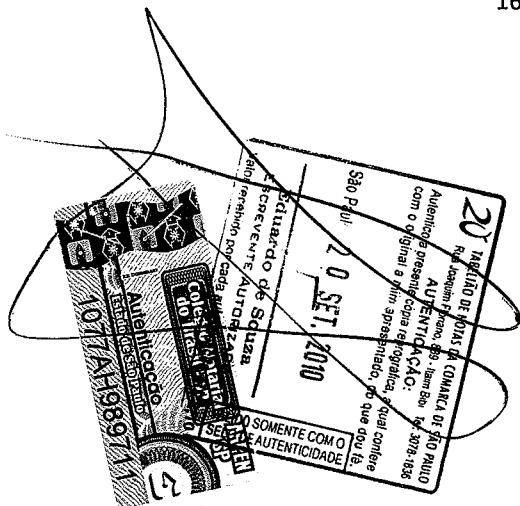
n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

Notas de cálculo:

- i. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii. O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;



10
482412-13

[Handwritten signature]

JUL 99

17 09 10

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

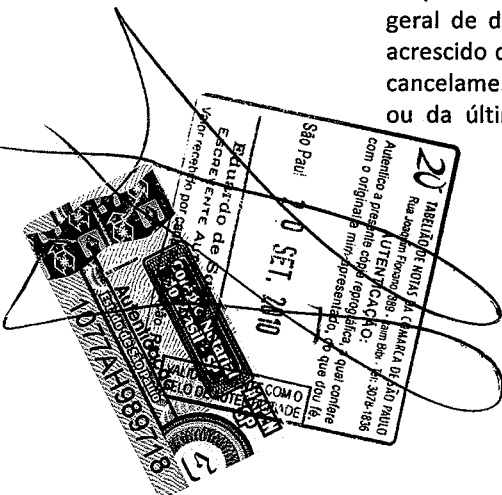
4.6.3.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do percentual aplicado e *spread*, ou sobretaxa, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.3.2.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas, na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e observado o artigo 3º da Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. Tal assembleia geral de debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.3.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.6.3.4. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar a partir da data de realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva assembleia geral de debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta



JUL 15

12 09 10

hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

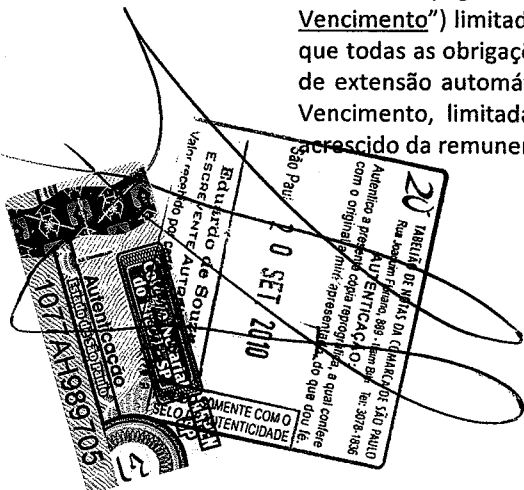
- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data Limite de Vencimento (conforme definida abaixo) das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na assembleia geral de debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e ser aprovada por debenturistas representando, a maioria simples das Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso os debenturistas não aprovem a taxa de remuneração substituta nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.7. Antecipação de Pagamentos

4.7.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá antecipar o pagamento de quaisquer parcelas da amortização e/ou dos Juros Remuneratórios estabelecidas nas Cláusulas 4.5.1 e 4.6.2.1 acima, mediante notificações prévias a serem enviadas ao Agente Fiduciário e à CETIP com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data em que pretender realizar o respectivo pagamento da parcela da amortização e/ou dos Juros Remuneratórios estabelecidas nas Cláusulas 4.5.1 e 4.6.2.1 acima.

4.8. Extensão Automática de Pagamentos

4.8.1. Caso a CCR não pague dividendos ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas ou esses sejam insuficientes para o cumprimento das obrigações pecuniárias nos termos previstos nesta Escritura, a qualquer tempo e/ou em qualquer de seus exercícios sociais durante o prazo das Debêntures, a Emissora, mediante notificações prévias a serem enviadas ao Agente Fiduciário e à CETIP com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência de cada data programada de pagamento da amortização e/ou dos Juros Remuneratórios estabelecidas nas Cláusulas 4.5.1 e 4.6.2.1 acima, respectivamente, poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de aprovação prévia dos debenturistas, postergar total ou parcialmente quaisquer pagamentos de amortização ou dos Juros Remuneratórios até o vencimento imediatamente seguinte ao ano que deveria ser realizado o pagamento da amortização ou da remuneração, conforme o caso, ("Nova Data de Vencimento") limitada a 15 de outubro de 2019 ("Data Limite de Vencimento"), oportunidade em que todas as obrigações pecuniárias das Debêntures deverão ser integralmente quitadas. No caso de extensão automática de pagamentos, a Emissora obriga-se a proceder em tal Nova Data de Vencimento, limitada à Data Limite de Vencimento, ao pagamento do montante postergado acrescido da remuneração adicional prevista na Cláusula 4.8.5 abaixo.



JUCESP

17 09 10

4.8.1.1. No caso de uma Nova Data de Pagamento coincidir com a Data Limite de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder na Data Limite de Vencimento ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista na Cláusula 4.6.3 acima desta Escritura, e acrescidos da remuneração adicional prevista na Cláusula 4.8.5 abaixo, bem como de todo e qualquer valor devido e não pago até a Data Limite de Vencimento.

4.8.2. Caso haja extensão automática de pagamentos nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura para alterar o número de parcelas, os percentuais e as datas de pagamento da amortização estabelecidas na Cláusula 4.5.1 acima e/ou o número de parcelas e as datas de pagamento dos Juros Remuneratórios estabelecidas na Cláusula 4.6.2.1 acima, conforme o caso. A celebração do aditamento deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do envio, pela Emissora, das notificações ao Agente Fiduciário e à CETIP mencionadas na Cláusula 4.8.1 acima, sendo certo que uma cópia do referido aditamento devidamente registrado pela JUCESP deverá ser encaminhada à CETIP, pela Emissora, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da data originalmente programada para o pagamento da amortização e/ou dos Juros Remuneratórios nos termos das Cláusulas 4.5.1 e 4.6.2.1 acima.

4.8.3. O Agente Fiduciário deverá notificar os debenturistas, por escrito, por correio, telegrama, fax ou correio eletrônico sobre a ocorrência de extensão automática de pagamento, nos termos da Cláusula 4.8.1 acima, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação encaminhada pela Emissora em conformidade com a Cláusula 4.8.1 acima.

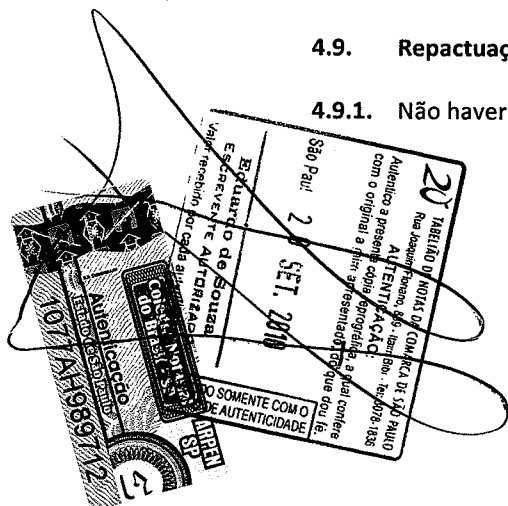
4.8.4. Ao subscrever ou adquirir as Debêntures, no SDT ou no SND, conforme o caso, o respectivo debenturista, Investidor Qualificado de acordo com a Cláusula 3.8.2 acima e a regulamentação aplicável, atesta ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados ao seu investimento nas Debêntures, que são destinadas a Investidores Qualificados por meio da presente Oferta Restrita e, dessa forma, manifesta sua concordância e anuência irrestrita, no momento do investimento, com a possibilidade da declaração unilateral pela Emissora, sem necessidade de realização de assembleia geral de debenturistas, de extensão automática de pagamentos e com os seus termos e condições estabelecidas nesta Cláusula 4.8 e subcláusulas.

4.8.5. Na hipótese de extensão automática de pagamento, sobre o montante postergado incidirão os Juros Remuneratórios devidos nos termos da Cláusula 4.6.1 acima acrescidos de remuneração adicional de 1,0% (um por cento) ao ano, sem incidência de encargos moratórios ou de multa, até a data do efetivo pagamento do montante postergado.

4.8.6. O montante de valores postergados devidos e não pagos não poderá ultrapassar a quantia de R\$145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais).

4.9. Repactuação

4.9.1. Não haverá repactuação das Debêntures.



13
482412-13

JUL 29

17 09 10

4.10. Condições de Pagamento

4.10.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.10.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.10.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária (em caso de decisão judicial que assegure tal imunidade ou isenção, a mesma somente será aceita se transitada em julgado), sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.10.2. Prorrogação dos Prazos

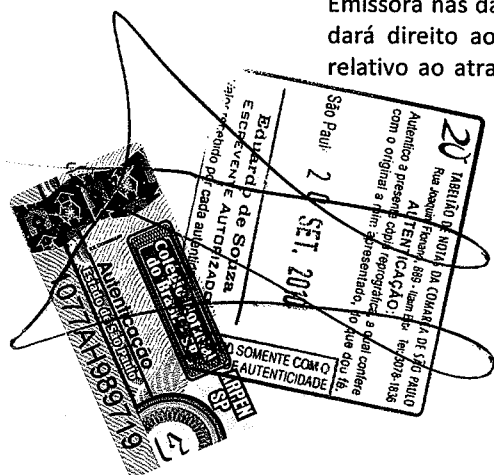
4.10.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.10.3. Encargos Moratórios

4.10.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao ano, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios"), exceto no caso de extensão automática de pagamento nos termos da Cláusula 4.8 acima, hipótese em que incidirão juros de mora somente se ocorrer impontualidade no pagamento pela Emissora na Nova Data de Vencimento correspondente.

4.10.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.10.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a



JUCESP

12 09 10

data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento ou Data Limite de Vencimento, conforme o caso.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, devem ser divulgados pela Emissora em sua página na rede mundial de computadores (www.spconcessoes.com.br) e enviados ao Agente Fiduciário e à Instituição Intermediária no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação. Sendo que os editais de convocação e as atas de Assembléia Geral de Debenturistas deverão ainda, além da publicidade anteriormente descrita, deverão ser publicados no DOESP e no jornal Valor Econômico, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

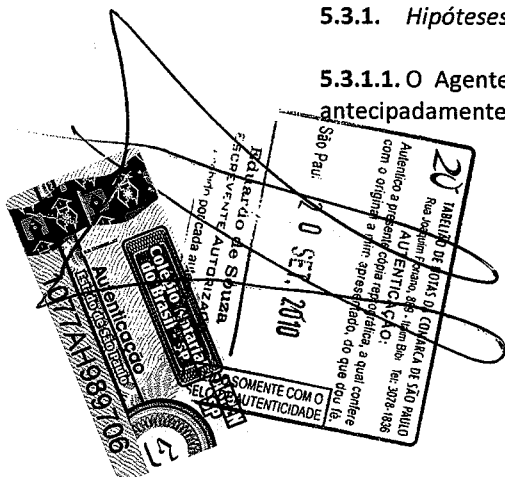
5.2. Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1. As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos debenturistas. O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado ("Valor do Resgate Antecipado").

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1. O Agente Fiduciário poderá, observado o disposto na Cláusula 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento,



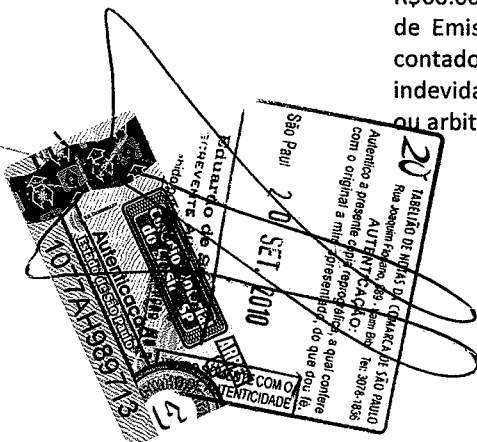
15
482412-13

JUL 2010

17 09 10

pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da data de subscrição e integralização ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) apresentação ou requerimento, pela a Emissora e/ou pela Aguilha e/ou pela CCR, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de autofalência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;
- (ii) apresentação ou requerimento, por terceiros contra a Emissora e/ou contra a Aguilha e/ou contra a CCR, de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de falência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, que não seja elidida no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data de tal apresentação ou requerimento;
- (iii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora, da Aguilha e/ou da CCR;
- (iv) não pagamento, nas respectivas datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura;
- (v) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da emissão prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor esse corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi indevidamente efetuado, inclusive por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foram prestadas garantias para o cumprimento do referido protesto;
- (vii) inadimplemento de quaisquer dívidas da Emissora e/ou da Aguilha, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor esse corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo, se for comprovado pela Emissora e/ou pela Aguilha, conforme aplicável, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua ocorrência, que tal inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado ou foram suspensos seus efeitos por meio de decisão judicial ou arbitral;
- (viii) vencimento antecipado de duas dívidas da CCR em montante agregado igual ou superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), valor esse corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo, se for comprovado pela CCR, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua ocorrência, que tal vencimento antecipado ocorreu indevidamente ou foi sanado ou foram suspensos seus efeitos por meio de medida judicial ou arbitral;



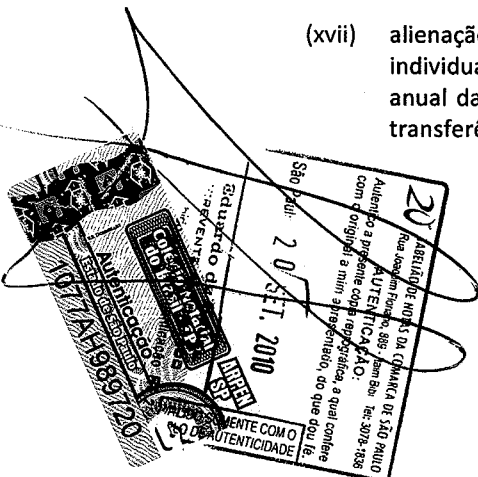
16
482412-13

[Handwritten signature]

JUL 20 2010

17 09 10

- (ix) não pagamento, pela Emissora e/ou pela Aguilha, conforme o caso, de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou contra a Aguilha, conforme o caso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado pelo IGP-M desde a Data de Emissão;
- (x) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que resulte no exercício do direito de retirada por acionistas da Emissora, em montante que, em qualquer dos casos, possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, exceto pela transferência de parte das Ações CCR detidas pela Aguilha à Emissora;
- (xi) pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (xii) transformação do tipo societário da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada;
- (xiii) se: (a) houver decisão de juízo competente declarando que as Garantias são inválidas ou nulas e, desde que tal decisão permaneça em vigor e tais garantias declaradas inválidas ou nulas não sejam substituídas pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário; (b) as Garantias não forem constituídas e formalizadas; (c) não houver Recomposição de Ações CCR nos termos previstos na Cláusula 4.1.10.6 acima; ou (e) de qualquer forma, as Garantias deixarem de existir ou forem rescindidas, que não por acordo com os debenturistas e não forem substituídas pela Emissora do prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (xiv) transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem aprovação prévia dos debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas;
- (xv) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Aguilha, exceto pela transferência de parte das Ações CCR detidas pela Aguilha à Emissora;
- (xvi) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou incompletas;
- (xvii) alienação de um ou mais ativos da CCR que representem, em conjunto ou individualmente, 33,0% (trinta e três por cento) ou mais do faturamento consolidado anual da CCR no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada, e que tal venda ou alienação resulte em distribuição de



17
482412-13

JUL 19

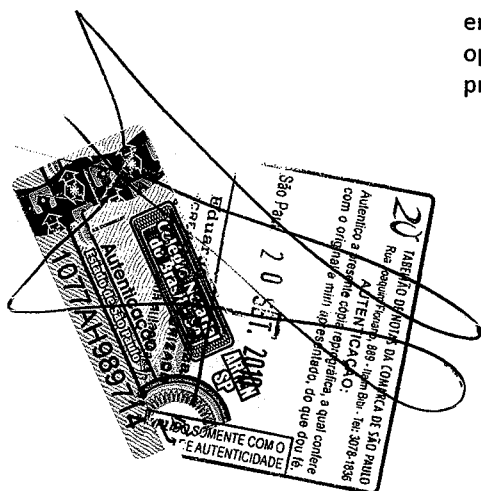
17 09 10

5.3.5. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
 - (b) em até 05 (cinco) dias úteis após sua realização, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas: (i) as assembleias gerais de acionistas; (ii) as reuniões de Conselho de Administração; (iii) as reuniões de Diretoria; (iv) as reuniões do Conselho Fiscal, se instalado; ou (v) de qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário para o fim de proteção dos interesses dos debenturistas e qualquer informação relevante nos termos da presente Emissão e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência;
 - (d) em até 30 (trinta) dias corridos após sua realização, notificação da convocação, se houver, de qualquer assembleia geral de acionistas ou reunião do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia;
 - (e) em até 05 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - (f) cópia da AGE, devidamente arquivada Junta Comercial, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
 - (g) em até 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora a, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura; e



19
482412-13

JUL 13

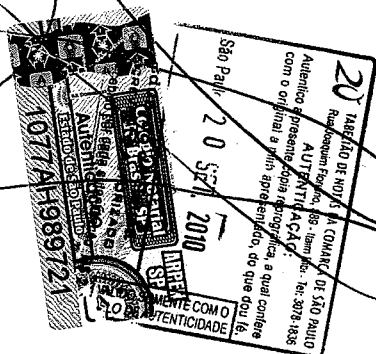
17 09 10

- (h) cópia de aviso aos titulares das Debêntures sobre Fatos Relevantes, conforme definidos na Instrução da CVM 358.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;



20
482412-13

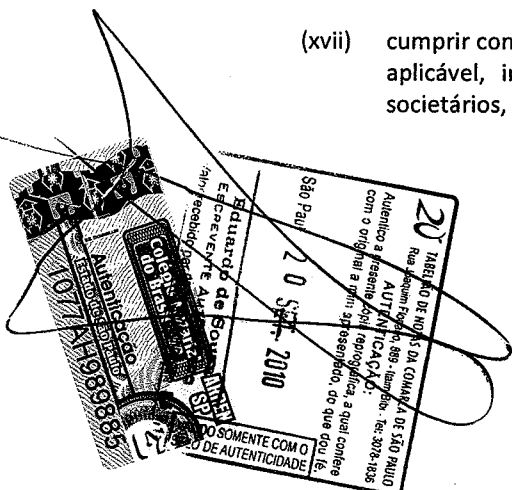
[Handwritten signature]



JUL 29

12 00 30

- (vi) convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da CCR de que tenha conhecimento, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xi) manter toda a estrutura dos contratos relevantes e demais acordos existentes e relevantes, os quais são à Emissora sua condição fundamental de funcionamento;
- (xii) obter todas as autorizações e aprovações societárias e/ou regulamentares que se fizerem necessárias à realização, efetivação, formalização, liquidação e transparência dos negócios jurídicos descritos no presente Contrato, incluindo, mas não se limitando, à prestação das Garantias, a aprovações societárias, governamentais, regulatórias, de terceiros, credores e/ou sócios;
- (xiii) manter-se cadastrada como emissora de debêntures perante a CETIP, ao menos até a Data de Vencimento ou a Data Limite de Vencimento, conforme o caso;
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Instituição Depositária e assessores legais;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e/ou sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as licenças, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares materiais aplicáveis;



21
482412-13

[Handwritten signature]

JUL 2010

12 19 30

- (xviii) em havendo venda de ações de emissão da CCR, de propriedade direta ou indireta da Emissora, e/ou de quotas da Aguilha representativas de 11,93% do capital social total da CCR na Data de Emissão ("Participação Total da Emissora"), destinar, no dia útil subsequente à liquidação financeira da referida venda, o percentual de ações de emissão da CCR vendidas sobre a Participação Total da Emissora para o resgate ou amortização parcial de Debêntures que correspondam ao mesmo percentual do saldo devedor da Emissão;
- (xix) não dar em garantia a qualquer operação as ações de emissão da CCR de sua titularidade empenhadas ou os direitos referentes às ações de emissão da CCR cedidos fiduciariamente, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas;
- (xx) Informar os debenturistas, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos de sua ocorrência, caso haja operação de ações de emissão da CCR de titularidade da Emissora que não estejam empenhadas;

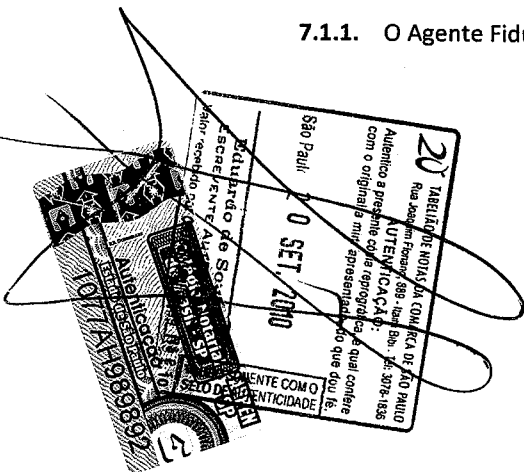
6.2. Adicionalmente, como obrigações específicas, a Emissora deverá, a partir do momento em que se tornar quotista da Aguilha, a tomar as seguintes medidas:

- (i) exercer seu poder de controle sobre a Aguilha para distribuir, no mais breve e no maior valor possível, todos os recursos recebidos pela Aguilha a título de proventos, dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer recursos atribuídos às ações de emissão da CCR de titularidade da Aguilha, observadas as disposições relativas às Garantias nos respectivos instrumentos de constituição das Garantias;
- (ii) se necessário, exercer seu poder de controle sobre a Aguilha para oferecer ações de emissão da CCR de titularidade da Aguilha, limitado à participação da Emissora no capital social da Aguilha, para fins de recomposição de Ações CCR nos termos do Contrato de Penhor de Ações CCR;
- (iii) em havendo venda de quotas da Aguilha, observar o disposto no item (xviii) da Cláusula 6.1 acima; e
- (iv) não dar em garantia a qualquer operação os direitos cedidos fiduciariamente referentes às quotas de emissão da Aguilha, relativos à participação da Aguilha na CCR, sem prévia e expressa aprovação dos debenturistas;

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:



22
482412-13

A handwritten signature in black ink.

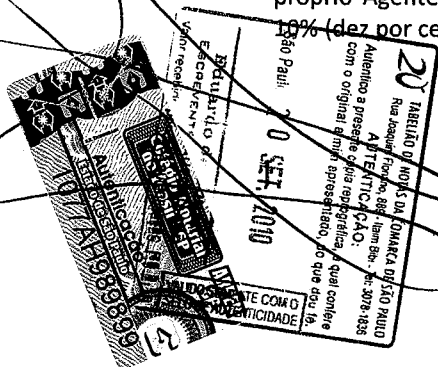
JUL 13

12 09 10

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente, inclusive pela previsão do disposto na Circular do Banco Central do Brasil nº. 1832, de 31 de outubro de 1990;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) que verificou que o limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações não se aplica à presente emissão por ser emissão de debêntures subordinadas. Quando da celebração do Aditamento para formalizar a convolação das Debêntures da espécie subordinada em espécie com garantia real, o Agente Fiduciário verificará o atendimento ao limite de emissão previsto na alínea 'a' do parágrafo 1º do mesmo dispositivo legal; e
- (xi) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, assembleia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



23
482412-13

[Handwritten signature]

JUCESP

17 09 10

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

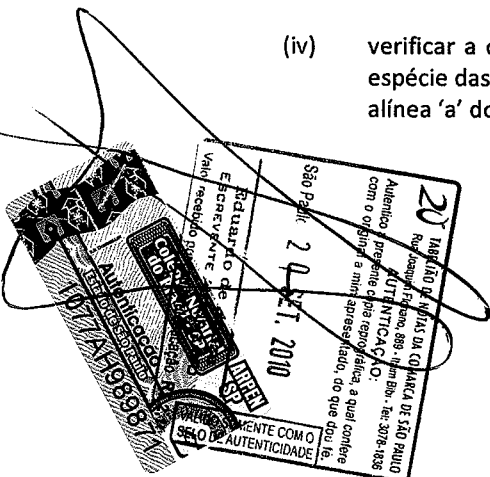
7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar a observância, pela Emissora, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das debêntures em da espécie com garantia real, do limite de emissão prescrito na alínea 'a' do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;



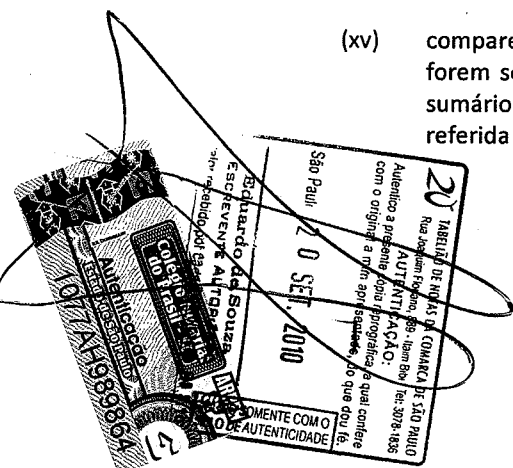
24
482412-13

[Handwritten signature]

JUL 29

17 09 10

- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura, do Aditamento e de eventuais outros aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) verificar, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das debêntures, a regularidade da constituição das garantias reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (x) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das debêntures;
- (xi) intimar a companhia a reforçar e/ou recompor as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, em conformidade com os respectivos instrumentos de constituição das Garantias, após a realização do Aditamento para convolar a espécie das debêntures;
- (xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiv) convocar, quando necessário, assembleia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.11.1 acima;
- (xv) comparecer à assembleia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da assembleia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;

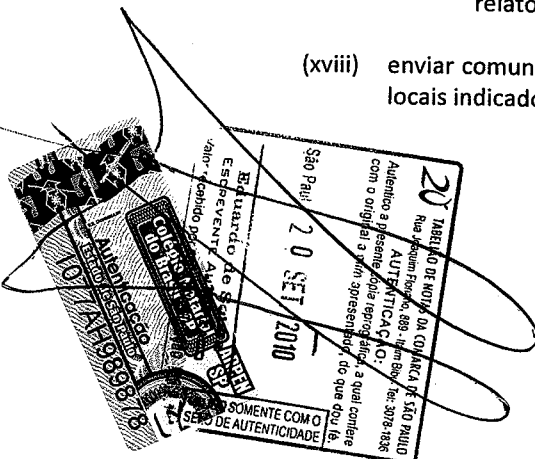


25
482412-13

JUL 03 2010

17 09 10

- (xvi) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea 'b', da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xvii) colocar o relatório de que trata o item (xvi) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede da Instituição Intermediária, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xviii) enviar comunicado aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvii) acima;



26
482412-13

[Handwritten signature]

JUL 19

17 09 10

- (xix) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, nas hipóteses previstas na Cláusula 5.2 acima e na Cláusula 4.5.2 acima, se for o caso;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xxii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a assembleia geral de debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração trimestral de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira devida até 03 (três) dias úteis após a liquidação financeira das Debêntures e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subsequentes.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado por meio de oferta nos termos da Cláusula 5.2 acima da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida



JUL 13

17 09 10

sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros que venha incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7.7. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento ou a Data Limite de Vencimento, conforme o caso, caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.7.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista na Cláusula 7.7 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens, estadias ou despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou por meio de



JUCESP

17 09 10

reembolso, após prévia aprovação da Emissora, incorridas para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias corridos após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de debenturistas a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

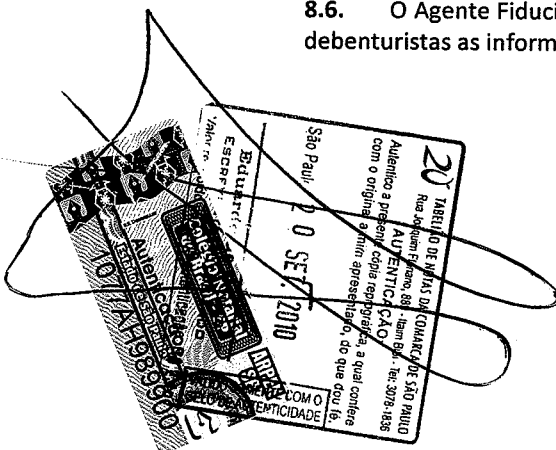
8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas, observando-se que será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os debenturistas, independentemente de convocação.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



29
482412-13

JUCESP

13 09 10

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

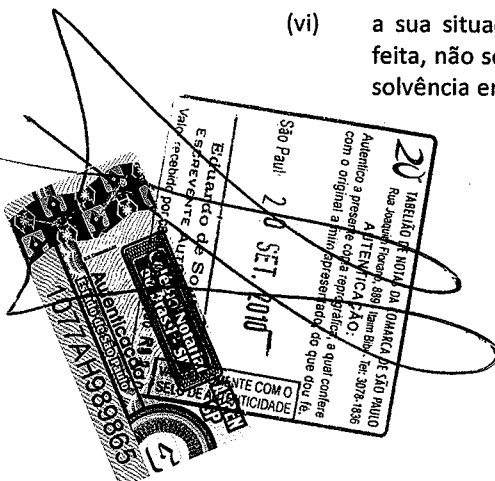
8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, e de declaração de vencimento antecipado em determinadas hipóteses consoante a Cláusula 5.3.1.2 acima, que dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída e a Aguilha é sociedade limitada ambas devidamente constituídas com existências válidas e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus objetos sociais;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas;
- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora além daqueles previstos nesta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, o registro nos cartórios competentes do Contrato de Penhor de Ações CCR e do Contrato de Cessão Fiduciária, o registro das Debêntures na CETIP e as autorizações de que trata a Cláusula 4.1.10.1 necessária para a validade e eficácia do Contrato de Penhor de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (vi) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência em relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de



30
482412-13

7

JUL 29

12 09 11

dezembro de 2009, auditadas por auditor independente, registrado na CVM, exceto pela pela modificação em sua situação patrimonial decorrente da cisão parcial da Emissora, de pleno conhecimento do Agente Fiduciário;

- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora nas respectivas datas;
- (viii) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (ix) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (x) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- (xii) manterá os seus bens adequadamente seguros, conforme pratica de mercado; e
- (xiii) esta cumprindo as leis, regulamentações, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

Rua Joaquim Floriano, nº 820, Conjuntos 72/73

CEP 04534-003

São Paulo, SP

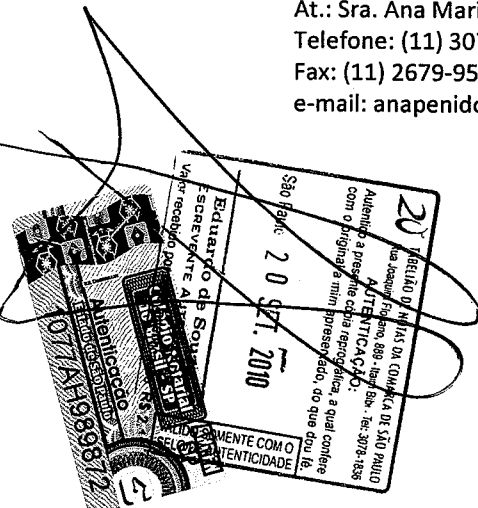
At.: Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant' Anna

Telefone: (11) 3071-4400

Fax: (11) 2679-9585

e-mail: anapenido@spenido.com.br

(Handwritten signature)



31
482412-13

(Handwritten signature)

JUL 29
17 09 10

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar
CEP 04538-132
São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2613
Fax: (11) 3078-7264
e-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
CEP 06029-900
Osasco, SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5646
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br ou 4010.donizetti@bradesco.com.br

(iv) Para a Instituição Depositária:

BANCO BRADESCO S.A.

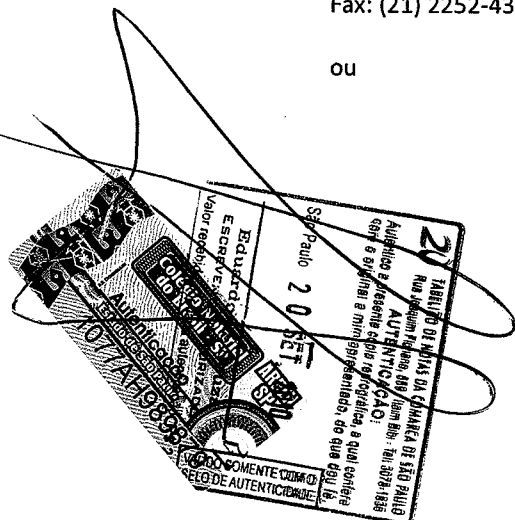
Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
CEP 06029-900
Osasco, SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-5646
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br ou 4010.donizetti@bradesco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
CEP 20031-170
Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou



32
482412-13

[Handwritten signature]

JUCESP
17 09 10

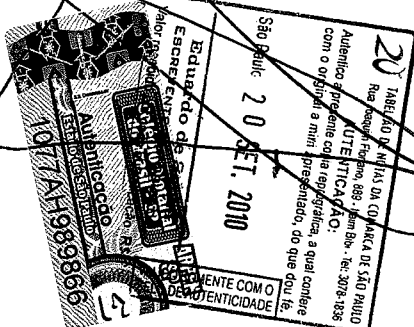
11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 11 de setembro de 2010.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco, seguem páginas de assinaturas]

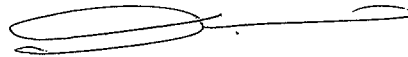


JUCESP

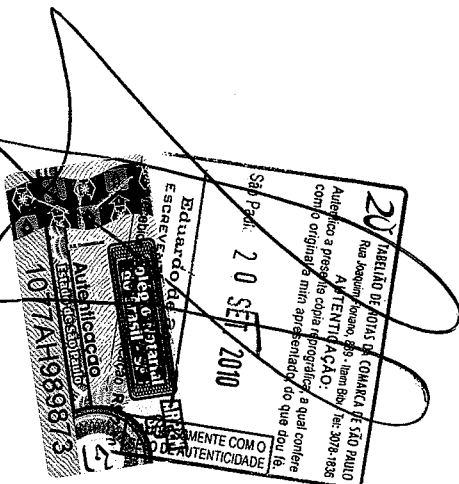
17 09 10

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A. celebrado em 11 de setembro de 2010.)

Soares Penido Concessões S.A.



Nome: Ana Maria Marcondes Penido Sant' Anna
Cargo: Diretora Superintendente

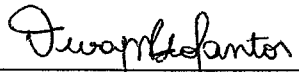


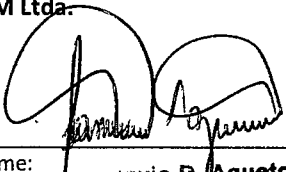
JUCESP

17 09 10

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A. celebrado em 11 de setembro de 2010.)

Planner Trustee DTVM Ltda.


Nome: _____
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora

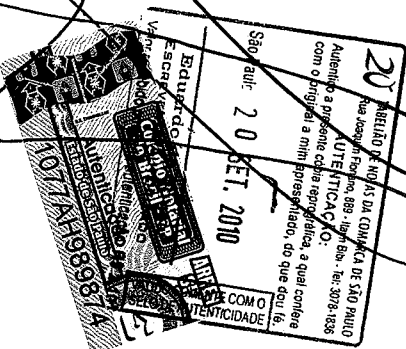

Nome: _____
Cargo: **Flavio D. Aguetoni**
Procurador












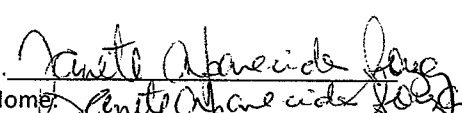
JUCESP

17 09 10

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A. celebrado em 11 de setembro de 2010.)

Testemunhas:

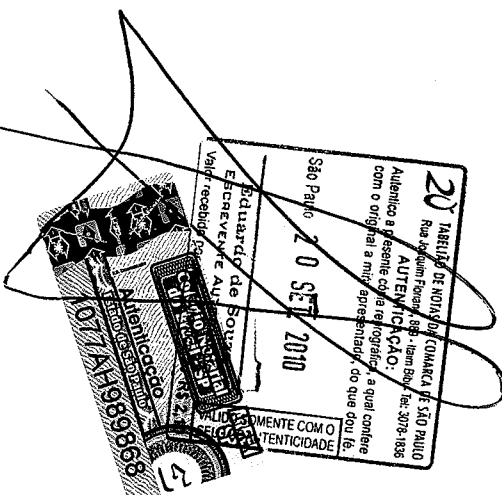
1. 
Nome: Renato Martinelli Campana
RG: 28.971.788-2 - SSP/SP

2. 
Nome: Kátia Regina Bueno de Godoy
RG: 2504.859-5 - SSP/SP



JUCESP

7



JUCESP

17 09 10

Anexo 1.2

Modelo de Aditamento de Escritura

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 820, Conjuntos 72/73, CEP 04534-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.291.050/0001-29, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., instituição financeira credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

vêm, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar o [•] aditamento ("Aditamento") ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A. ("Emissão" e "Escritura," respectivamente), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 1.2 e 4.1.10.4 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO

2.1. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



38
482412-13

JUL 19

17 09 10

3. RETIFICAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo alterar a espécie das Debêntures, de garantia subordinada para com garantia real.

3.2. Ademais, ficam alteradas as Cláusulas 3.2.1, 3.10.1, 4.1.9, 7.1.1 (x) da Escritura, que passam a ter as respectivas novas redações:

"3.2.1 A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora."

"3.10.1 A emissão atende o limite legal previsto no artigo 60, parágrafo 1º, alínea 'a', da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o Valor das Garantias é, nesta data, equivalente a 150,0% (cento e cinquenta por cento) do valor total da Emissão, ou seja, o valor total do saldo devedor das Debêntures equivale a menos do que 80,0% (oitenta por cento) do valor total da Emissão nesta data."

"4.1.9 Espécie

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações."

"7.1.1 O Agente Fiduciário declara: (...)

(x) que verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto na alínea 'a' do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e"

4. RATIFICAÇÕES

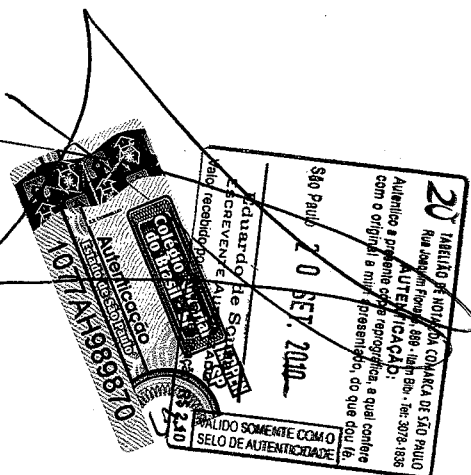
4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em [•] ([•]) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de 2010



JUL 29

12 09 10

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A.)

Soares Penido Concessões S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

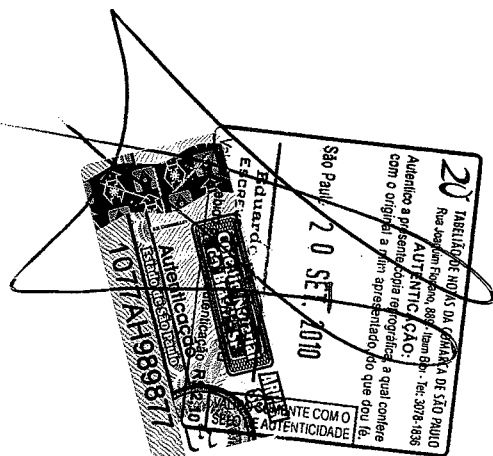


[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

40
482412-13

[Handwritten signature]



JUL 29

12 10 10

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de [•] Aditamento do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A.)

Planner Trustee DTVM Ltda.

Nome:

Cargo:

Nome:

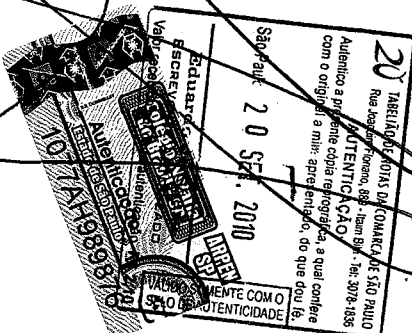
Cargo:



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

41
482412-13



JUL 29

12 00 10

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Soares Penido Concessões S.A.)

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

